



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS DIRENS/SPF Nº 874, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024.

Aprova a Instrução que estabelece o “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM)”.

O **DIRETOR DE ENSINO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos V e VII, e art. 9º, inciso XII, do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 684/GC3, de 23 de janeiro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 37-980 que estabelece o “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM)”, na forma dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI.

Art. 2º Revoga-se a Portaria Nº 462/DPE, de 29 de DEZEMBRO de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig do Ar MARCELO FORNASIARI RIVERO
Diretor de Ensino da Aeronáutica

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-980

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O
CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR (CCEM)**

2025

ANEXO I
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR (ICA- 37-980)

SUMÁRIO

	Art.
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1º/2º
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO CURSO	3º/4º
CAPÍTULO III – OBJETIVO DO CURSO.....	5º/6º
CAPÍTULO IV – PERFIL DO EGRESSO.....	7º
CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	8º/11
Seção I – Matriz Curricular.....	12
Seção II – Carga Horária.....	13/14
Seção III – Ementário	15
CAPÍTULO VI – METODOLOGIA DE ENSINO	16/22
CAPÍTULO VII – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	23/24
Seção I – Instrumentos Avaliativos	25
Seção II – Verificações de Aprendizagem	26/28
Seção III – Tipos de Questões	29/30
Seção IV – Correção de Provas e Atividades Avaliadas	31/36
Seção V – Harmonização Horizontal dos Exercícios Internos	37
Seção VI – Levantamento e Interpretação de Resultados	38/40
Seção VII – Média Final de Curso e Média de Aprovação	41/50
Seção VIII – Ponto de Corte	51/52
Seção IX – Revisão de Itens de Verificação de Aprendizagem	53/58
Seção X – Segunda Chamada e Prova de Recuperação	59/61
Seção XI – Avaliação ONA	62
Seção XII – Limite de Faltas	63
Seção XIII – Aprovação e Diplomação	64/65
CAPÍTULO VIII – APOIO AO DISCENTE	66/75
CAPÍTULO IX – INFRAESTRUTURA DE ENSINO.....	76/80
CAPÍTULO X – AVALIAÇÃO DO CURSO	81/83
CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS	84/85

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta instrução tem por finalidade estabelecer o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM).

Art. 2º Para fins desta portaria foram desenvolvidos os seguintes anexos:

I - anexo II, que apresenta os Dados de Identificação do Curso;

II - anexo IV, com as conceituações utilizadas;

III - anexo V, com as siglas e abreviaturas utilizadas.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Art. 3º O Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) é um curso de pós-formação que proporciona aos seus alunos conhecimentos e competências para atuarem no planejamento e na condução de operações conjuntas e aeroespaciais, bem como no assessoramento da alta administração, criando melhores condições para o aproveitamento de suas potencialidades.

Art. 4º O curso se estrutura em três formatos distintos que acontecem de forma paralela:

I - formato 1: destinado a oficiais superiores da Força Aérea Brasileira (FAB) dos quadros de Oficiais Aviadores (QOAv), Intendentes (QOInt) e de Infantaria (QOInf), assim como a oficiais da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro (EB) e de Oficiais-Alunos das Nações Amigas (ONA), com duração de 42 semanas;

II - formato 2: destinado a oficiais superiores da FAB do quadro de Oficiais Médicos (QOMed), com duração de 12 semanas;

III - formato 3: destinado a oficiais superiores da FAB do quadro de Oficiais Engenheiros (QOEng), com duração de 12 semanas.

CAPÍTULO III

OBJETIVOS DO CURSO

Art. 5º O CCEM tem como objetivo geral proporcionar ao Oficial Superior o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para desempenhar funções de Oficial de Estado-Maior no âmbito da Aeronáutica e de um Comando Conjunto, assim como assumir cargos de Comando, Direção e Chefia.

Art. 6º Os objetivos específicos do curso são:

I – debater conceitos e temas de política, segurança internacional, política externa e defesa nacional, no âmbito do processo de globalização;

II – promover a pesquisa científica com relevância e notoriedade acadêmica, sobre assuntos de interesse do COMAER;

III – debater as origens e as características do atual estado da aplicação do Poder Aeroespacial no mundo;

IV – analisar as prováveis implicações do cenário global na aplicação do Poder Aeroespacial para o Brasil e seu entorno estratégico;

V – avaliar as formas mais eficazes de aplicação do Poder Aeroespacial em um contexto preestabelecido;

VI – analisar a concepção Estratégica da Aeronáutica para a aplicação do Poder Aeroespacial, com ênfase no componente aéreo;

VIII – relatar as ações necessárias para o preparo da Força Aérea a partir de um Planejamento Institucional da Aeronáutica;

IX – aplicar métodos e técnicas de planejamento, visando ao emprego da Força Aérea em operações singulares e conjuntas;

X – discriminar as normas doutrinárias setoriais do Ministério da Defesa (MD) e do Comando da Aeronáutica (COMAER), relacionadas ao Planejamento Militar de Defesa.

CAPÍTULO IV PERFIL DE EGRESSO

Art. 7º O egresso do CCEM deverá ser capaz de:

I - analisar criticamente conceitos de política, segurança internacional e defesa nacional no contexto da globalização;

II - realizar pesquisas científicas relevantes para o COMAER;

III - interpretar as origens e características da aplicação do Poder Aeroespacial globalmente;

IV - analisar as implicações do Poder Aeroespacial para o Brasil e seu contexto estratégico;

V - identificar formas eficazes de aplicação do Poder Aeroespacial;

VI - discutir a aplicação do Poder Aeroespacial na Concepção Estratégica da Aeronáutica;

VII - delimitar ações para o preparo da Força Aérea com base no Planejamento Institucional;

VIII - implementar métodos de planejamento para o emprego da Força Aérea em Operações singulares e conjuntas;

IX - reconhecer normas doutrinárias do MD e do COMAER acerca do Planejamento Militar de Defesa;

X - aplicar habilidades de liderança e gestão em funções de comando, direção e chefia.

CAPÍTULO V ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 8º O conteúdo curricular do CCEM foi desenvolvido a fim de atender às competências previstas no PPOA, nas três áreas de conhecimento: Relações Internacionais, Administração e Estudos de Defesa.

Art. 9º Para o formato 1, o curso está dividido em 4 módulos. Cada módulo está diretamente relacionado às Unidades de Competência (UC) que os geraram, considerando os respectivos Elementos de Competência (EC):

I - Módulo I, composto pela disciplina “Estudos de Política e Estratégia”;

II - Módulo II, composto pelas disciplinas “Gestão Institucional” e “Produção Científica”;

III - Módulo III, composto pelas disciplinas “Poder Militar”, “Poder Aeroespacial” e “Operações Militares” (fase teórica);

IV - Módulo IV, composto pelas disciplinas “Operações Militares (Exercícios Internos)”, “Operações Militares (AZUVER - Fases 1 e 2)” e “Operações Militares (AZUVER - Fase 3)”.

Parágrafo único. A disciplina “Produção Científica” é transversal a todas as áreas de conhecimento.

Art. 10. Para o formato 2, o curso está dividido em 2 módulos. Cada módulo está diretamente relacionado às Unidades de Competência (UC) que os geraram, considerando os respectivos Elementos de Competência (EC):

I - Módulo I, composto pela disciplina “Operações Militares (Exercícios Internos)”;

II - Módulo II, composto pela disciplina “Gestão da Saúde”.

Art. 11. Para o formato 3, o curso está dividido em 2 módulos. Cada módulo está diretamente relacionado às Unidades de Competência (UC) que os geraram, considerando os respectivos Elementos de Competência (EC):

I - Módulo I, composto pela disciplina “Operações Militares (Exercícios Internos)”;

II - Módulo II, composto pela disciplina “Gestão da Engenharia”.

Seção I

Matriz Curricular

Art. 12. A matriz curricular do CCEM está estruturada em 8 (oito) disciplinas para o formato 1 e em 2 (duas) disciplinas para os formatos 2 e 3.

Parágrafo único. A Matriz Curricular está disposta no anexo III, no formato de tabela.

Seção II

Carga Horária

Art. 13. O formato 1 do CCEM está estruturado no modelo de ensino presencial, em um período de 298 (duzentos e noventa e oito) dias, e uma carga horária total de 1.238 (mil duzentos e trinta e oito) horas, a qual já inclui as horas das Atividades de Complementação e das Atividades Administrativas.

§1º As Atividades de Complementação se referem às viagens de estudo nacionais e internacionais.

§2º As Atividades Administrativas se referem ao suporte administrativo do curso.

Art. 14. O CCEM para os formatos 2 e 3 está estruturado no modelo de ensino presencial, em um período de 82 (oitenta e dois) dias, com carga horária total de 312 (trezentos e doze) horas, já incluída as horas das Atividades Administrativas.

Parágrafo único. As Atividades Administrativas se referem ao suporte administrativo do curso.

Seção III

Ementário

Art. 15. O ementário tem por objetivo descrever o conteúdo das disciplinas, os elementos de competência e os referenciais bibliográficos básicos.

Parágrafo único. O ementário de cada disciplina está disposto no anexo V, no formato de tabela.

CAPÍTULO VI

METODOLOGIA DE ENSINO

Art. 16. A metodologia de ensino do curso está baseada na perspectiva do ensino por competências.

Art. 17. O conjunto de técnicas didáticas que integram as metodologias de ensino objetivam apresentar, desenvolver e avaliar os conteúdos ofertados aos Oficiais-Alunos (OA).

Art. 18. No CCEM, estão presentes as seguintes metodologias ativas de aprendizagens (MAA):

I - aprendizagem baseada em problemas;

II - sala de aula invertida (SAI);

III - estudos de caso;

IV - seminário;

V - trabalho em grupo (TG);

VI - discussões.

Art. 19. O primeiro semestre do curso prioriza a metodologia de SAI, realocando o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem para o OA, propiciando a construção de um ambiente formativo por meio de atividades dinâmicas, como:

I - leituras prévias;

II - trabalhos em grupos;

III - debates mediados e/ou exposição oral.

Art. 20. A estrutura curricular e as metodologias ativas de aprendizagem são estabelecidas com a finalidade de desenvolver capacidades voltadas ao assessoramento no nível decisório e ao planejamento e condução de operações militares no nível operacional, visando desenvolver a capacidade de argumentação oral do AO.

Art. 21. No segundo semestre, as metodologias adotadas, principalmente durante os exercícios internos (URANO e ATHENA) e externo (AZUVER), estão relacionadas ao planejamento de uma operação conjunta ou singular, no qual se faz necessário oferecer ao Comandante Operacional respostas a problemas complexos, amparadas por fundamentos convincentes.

Art. 22. As principais técnicas de ensino adotadas durante os exercícios são:

I - leituras prévias;

II - trabalhos em grupos;

III - simulação de cenários.

CAPÍTULO VII

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 23. A Avaliação da Aprendizagem (AA) tem como intuito verificar se os objetivos pedagógicos propostos foram alcançados, registrando e analisando o impacto do conhecimento oferecido ao longo do curso.

Art. 24. A avaliação, para todos os formatos, ocorrerá nas modalidades formativa e somativa.

Seção I

Instrumentos Avaliativos

Art. 25. Os instrumentos avaliativos devem ser compreendidos como recursos utilizados para a coleta e análise de dados e serão apresentados em forma de graus. O corpo discente será avaliado continuamente por meio de Verificações de Aprendizagem (VA).

Seção II

Verificações de Aprendizagem

Art. 26. As VA serão aplicadas na ECEMAR em data divulgada no calendário acadêmico desta OM.

Art. 27. O formato 1 do CCEM possui as seguintes Verificações de Aprendizagem:

I - Avaliações de participação na SAI (VA 1);

II - Produção Acadêmica (VA 2);

III - Apresentações dos Exercícios Internos da disciplina Operações Militares (VA 3);

IV - Prova de Operações Militares (VA 4).

Art. 28. Os formatos 2 e 3 do CCEM possuem as seguintes Verificações de Aprendizagem:

I - Apresentações dos Exercícios Internos da disciplina Operações Militares (VA 3);

II - Prova de Operações Militares (VA 4).

Seção III

Tipos de Questões

Art. 29. A VA 4 será composta por diferentes tipos de itens, de acordo com as peculiaridades previstas do curso. As questões objetivas serão compostas de itens de seleção tais como: múltipla escolha, falso/verdadeiro, ordenação e emparelhamento, ou ainda, por itens de situação problema. As questões dissertativas serão compostas, apenas, por itens de resposta livre (dissertativos e/ou discursivos) e análise de situação-problema.

Art. 30. A VA 4 para os formatos 2 e 3 poderá ter questões distintas das utilizadas para o formato 1, porém abordando o mesmo conteúdo trabalhado.

Seção IV

Correção de Provas e Atividades Avaliadas

Art. 31. A correção da Prova e o cômputo dos graus das atividades avaliadas serão realizados pelo Corpo docente da ECEMAR e os registros dos resultados serão apurados e compilados pela Subcoordenadoria de Avaliação (SCAV), que posteriormente fará a divulgação.

Art. 32. Para a disciplina Estudos de Política e Estratégia (EPE), a avaliação será formativa, conforme descrição no Plano de Disciplina (PLADIS) do CCEM.

Art. 33. Para as disciplinas Poder Militar (PM) e Poder Aeroespacial (PA), a avaliação será por meio de sala de aula invertida.

Parágrafo único. A fórmula de avaliação da SAI está descrita no anexo X.

Art. 34. Para a disciplina de Operações Militares haverá duas avaliações: a verificação de aprendizagem e a apresentação dos Exercícios Internos.

§ 1º A avaliação dos exercícios internos será composta por etapas formativas e somativas, sendo que as etapas somativas deverão ser compostas por ao menos 1 (uma) apresentação do Exercício URANO e 1 (uma) apresentação do exercício ATHENA.

§ 2º As apresentações que irão compor a etapa somativa estarão descritas no PLADIS.

§ 3º A nota final dos grupos será composta pela média aritmética dos pedidos somativos.

Art. 35. Para a disciplina Produção Científica, a avaliação será somativa, por meio de produção acadêmica, conforme critérios que constarão no PLADIS.

Art. 36. A disciplina Gestão Institucional não possui avaliação.

Seção V

Harmonização Horizontal dos Exercícios Internos

Art. 37. Após a definição da nota final dos grupos, haverá um processo de harmonização horizontal, com o objetivo de promover um escalonamento das notas individuais, de acordo com o desempenho de cada membro do grupo, estimulando a identificação da meritocracia entre os pares.

Parágrafo único. O processo de harmonização horizontal está descrito no PLADIS.

Seção VI

Levantamento e Interpretação de Resultados

Art. 38. Todas as VA do curso serão quantificadas na forma de graus. Será utilizado o sistema de graus absolutos numa escala de 0,000 (zero vírgula zero, zero, zero) a 10,000 (dez vírgula zero, zero, zero).

Art. 39. O arredondamento dos graus das VA, da Média Final de Curso (MFC) e da Média de Aprovação (MA) será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - os graus serão arredondados na casa dos milésimos, considerando três casas decimais depois da parte inteira do número;

II - quando o algarismo da casa do décimo de milésimo for igual ou maior que 5 (cinco), somar-se-á 1 (uma) unidade à casa dos milésimos, desprezando-se as casas subsequentes. Ex.: 7,9836 = 7,984;

III - quando o algarismo da casa do décimo de milésimo for menor que 5 (cinco), será conservada a casa dos milésimos, desprezando-se as casas subsequentes. Ex: 6,7824 = 6,782.

Art. 40. O cômputo de graus ocorrerá da seguinte forma:

I - a elaboração de provas compreenderá a utilização dos itens descritos na seção “Tipos de Questões”. Para cada questão será atribuída uma quantidade de pontos que, somados ao longo de todas as questões, equivalerão ao grau máximo daquela prova, a saber, 10,000 (dez vírgula zero, zero, zero). De acordo com a correção feita pelos instrutores, os pontos obtidos pelo OA indicarão o grau alcançado na referida prova;

II - a avaliação da Produção Acadêmica (apenas para o formato 1) será feita por instrutores, por meio de Ficha de Avaliação própria contida no PLADIS. Nesta ficha serão registrados os diversos aspectos avaliados, com as notas correspondentes e os eventuais comentários decorrentes, totalizando 10 pontos. Cada produto acadêmico será corrigido por uma banca composta por dois instrutores e o grau será a nota resultante de uma harmonização dessas correções;

III - os Exercícios Urano e Athena (Internos) serão realizados em grupo e suas avaliações formativas e somativas feitas durante as apresentações, a partir dos documentos elaborados pelos OA, em resposta aos pedidos definidos pela Coordenadoria de Jogos de Guerra (CJG) para o desenvolvimento do exercício. O grau resultante dos Exercícios Internos será calculado pela média aritmética das avaliações somativas, que ocorrerão durante a atividade proposta e estarão definidas no PLADIS;

IV - as Avaliações da participação em SAI (apenas para o curso no formato 1) serão feitas por instrutores mediadores nos grupos de trabalho, por meio da Ficha de Avaliação da Sala de Aula Invertida e da Ficha de Avaliação de Exposição Oral, ambas contidas no PLADIS;

V - o grau das disciplinas Poder Militar e Poder Aeroespacial, apenas para o curso no formato 1, será calculado pelas médias das avaliações dentro de cada disciplina.

Seção VII

Média Final de Curso (MFC) e Média de Aprovação (MA)

Art. 41. Para a interpretação dos resultados do curso no formato 1, os graus obtidos nas diversas VA terão seus respectivos pesos, para cálculo da MFC, definidos da seguinte forma:

I - o grau obtido na VA 4 terá peso 3 (três);

II - o grau da VA 3 terá peso 2 (dois);

III - o grau da VA 2 terá peso 2 (dois);

IV - o grau obtido na VA 1 terá peso 2 (dois).

Art. 42. Para o formato 1, a MFC será obtida por meio do cálculo da média ponderada das VA 1, 2, 3 e 4.

Art. 43. O cálculo da MFC, para o formato 1, encontra-se descrito no anexo XI.

Art. 44. Para o curso no formato 1, caso dois ou mais OA, após o cálculo da MFC, apresentem esta média com valores iguais, para efeito de desempate em termos de classificação, serão utilizados os seguintes critérios, nesta ordem de prioridade:

I - nota da Prova de Operações Militares;

II - nota da Produção Acadêmica;

III - grau resultante dos Exercícios Urano e Athena (com harmonização horizontal);

IV - nota da SAI;

V - antiguidade.

Art. 45. Para a Interpretação de Resultados do curso nos formatos 2 e 3, tanto a VA 3 quanto a VA 4 terão peso 1 (um) no cálculo da MFC.

Art. 46. Para os formatos 2 e 3, a MFC será obtida por meio do cálculo da média aritmética das VA 3 e 4.

Art. 47. O cálculo da MFC, para os formatos 2 e 3, encontra-se descrito no anexo XI.

Art. 48. Para o curso nos formatos 2 e 3, caso dois ou mais OA, após o cálculo da MFC, apresentem esta média com valores iguais, para efeito de desempate em termos de classificação, serão utilizados os seguintes critérios, nesta ordem de prioridade:

I - nota da Prova de Operações Militares;

II - grau resultante dos Exercícios Urano e Athena (com harmonização horizontal);

III - antiguidade.

Art. 49. As MA para os formatos 1, 2 e 3 serão calculadas utilizando as mesmas fórmulas utilizadas para os cálculos das MFC, apenas utilizando, quando for o caso, a nota obtida na prova de recuperação.

Art. 50. A MFC definirá a classificação de cada OA ao final do Curso. Caso o OA realize a VA de recuperação e seja aprovado, para o cálculo da MA, será considerada a nota obtida na VA de recuperação. Entretanto, para efeito de classificação, a MFC desse OA será calculada com base no grau obtido na VA que originou a recuperação. Para o cálculo da MFC e MA, a exemplo do que é feito com as VA, serão utilizadas 3 (três) casas decimais.

Seção VIII

Ponto de Corte

Art. 51. O ponto de corte para o curso no formato 1 é definido de acordo com os seguintes critérios:

I - grau 6,000 (seis vírgula zero, zero, zero) nas seguintes VA:

a) prova de Operações Militares;

b) grau resultante dos Exercícios Urano e Athena (após a harmonização horizontal);

c) Produção Acadêmica.

II - grau 7,000 (sete vírgula zero, zero, zero) na VA da participação em SAI;

III - grau 6,000 (seis vírgula zero, zero, zero) na VA de recuperação;

IV - grau 7,000 (sete vírgula zero, zero, zero) na MA.

Art. 52. O ponto de corte para o curso nos formatos 2 e 3 é definido de acordo com os seguintes critérios:

I - grau 6,000 (seis vírgula zero, zero, zero) na Prova de Operações Militares e Grau resultante dos Exercícios Urano e Athena (após a harmonização horizontal);

II - grau 6,000 (seis vírgula zero, zero, zero) na VA de recuperação;

III - grau 7,000 (sete vírgula zero, zero, zero) na MA.

Seção IX

Revisão de Itens de Verificação de Aprendizagem

Art. 53. Após a compilação dos graus, a VA 4 será passível de vista de prova (revisão) pelos OA. As VA 1, 2 e 3 não serão objeto de revisão.

Art. 54. A vista de prova será realizada pelos OA por meio de TG. Além dos OA, essas atividades deverão contar com a participação de, pelo menos, um integrante do corpo docente da Escola (fiscal). A vista de prova abrange o curso nos formatos 1, 2 e 3.

Art. 55. Caso haja alguma dúvida em relação ao conteúdo avaliado, ao enunciado do item ou a resposta esperada divulgada pela Escola, o OA poderá fazer um pedido de revisão de item, por meio do Formulário de Pedido de Revisão de Item (disposto no Anexo VII), entregando-o à SCAV, por meio do fiscal, até o término da vista de prova.

Art. 56. Ao optar por realizar um pedido de revisão de item, o novo grau será emitido de acordo com os pareceres emitidos pelo instrutor que revisou a questão, pelo Coordenador da Disciplina e cancelado pelo Coordenador Acadêmico.

Art. 57. A SCAV estabelecerá uma data para que o OA tome ciência do resultado do pedido de Revisão.

Art. 58. A despeito de não haver pedido de revisão das VA 1, 2 e 3, o OA pode solicitar à Coordenadoria Acadêmica (CACD) feedback em particular do avaliador, disponibilizado no Moodle, no prazo máximo de 48 horas subsequentes à divulgação.

Parágrafo único. As informações constantes nesta seção contemplam o Curso nos formatos 1, 2 e 3.

Seção X

Segunda Chamada e Prova de Recuperação

Art. 59. A VA 4 é passível de segunda chamada, observados os seguintes critérios:

I - poderá haver segunda chamada sempre que ocorrer falta do OA por motivo que a justifique, em conformidade com o previsto neste documento, e a decisão do Comandante da ECEMAR (assessorado pela CACD);

II - a realização da prova de segunda chamada terá sua data definida pela SCAV e deverá incidir sobre o mesmo conteúdo, seguindo os mesmos parâmetros de avaliação da prova que originou a situação de segunda chamada;

III - o grau obtido pelo OA na prova de segunda chamada será computado com o mesmo peso da prova original, para fins de cálculo da MFC e da MA.

Art. 60. A VA de Recuperação poderá ser aplicada para o CCEM e será norteadada pelos seguintes critérios:

I - o OA que obtiver grau inferior a 6,000 (seis vírgula zero, zero, zero) na VA 4 poderá realizar a VA de Recuperação;

II - não é prevista a aplicação de VA de recuperação para as VA 1, 2 e 3;

III - o conteúdo a ser avaliado na VA de recuperação deverá abranger todo o conteúdo didático previsto para a avaliação que originou a necessidade da VA de recuperação do OA.

Art. 61. Não há possibilidade de recuperação para o caso de valor de MA abaixo do ponto de corte definido (7,000).

Seção XI

Avaliação Oficiais-Alunos de Nações Amigas (ONA)

Art. 62. As avaliações dos ONA seguirão os seguintes procedimentos:

I - durante a realização das provas, um instrutor deverá acompanhar e orientar os ONA com o objetivo de superar possíveis dificuldades decorrentes do idioma;

II - será disponibilizado aos ONA um período maior para a realização das provas (10% do total da carga horária prevista para a referida prova);

III - no exercício Athena, os ONA participarão como Adjuntos de funções da Equipe de Planejamento;

IV - para efeito de aprovação serão seguidos os mesmos critérios de aprovação definidos para os oficiais brasileiros (curso no formato 1).

Seção XII

Limite de faltas

Art. 63. No decorrer do CCEM é exigido do OA dedicação integral. Somente impedimentos por motivo de Saúde, respaldados em dispensas médicas, por meio de pareceres emitidos por médico de Organização de Saúde da Aeronáutica ou pela Junta de Saúde da Aeronáutica e/ou, ainda, de Justiça, poderão dar sustentação às faltas nas atividades acadêmicas. O OA não poderá atingir o número de faltas, ainda que justificadas, superior a 10% (dez por cento) do tempo total do curso. Caso isso ocorra, o OA será excluído do curso e o fato será submetido à cadeia de comando, de acordo com as Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da ECEMAR. A Subcoordenadoria de Oficiais-Alunos do CCEM (SCOA-CCEM) será responsável pelo controle das faltas, devendo, ao final de cada mês, enviá-las à CACD.

Seção XIII

Aprovação e Diplomação

Art. 64. Será aprovado o OA que cumprir os seguintes requisitos:

I - realizar todas as avaliações somativas previstas;

II - obtiver os graus e a MA iguais ou superiores ao estabelecido na seção “ponto de corte”;

III - obtiver frequência igual ou superior a 90% (noventa por cento) da carga horária total do Curso, de acordo com o PLADIS;

IV - entregar todos os trabalhos com avaliação formativa ou somativa no prazo previsto.

Parágrafo único. O OA que não cumprir algum dos requisitos anteriores será formalmente comunicado pelo chefe da CACD por meio da Notificação de Descumprimento de Requisito Mínimo (Anexo VIII).

Art. 65. O OA poderá recorrer ao Comandante da ECEMAR, em até dois dias úteis após o recebimento da Notificação de Descumprimento de Requisito Mínimo, apresentando o motivo que o levou ao descumprimento de requisito mínimo, por meio do Requerimento de Reconsideração (Anexo IX).

Parágrafo único. O Comandante da ECEMAR fará uso do Requerimento de Reconsideração para comunicar formalmente a decisão por ele tomada.

CAPÍTULO VIII

APOIO AO DISCENTE

Art. 66. O Apoio ao Discente dar-se-á através da Assessoria Psicopedagógica (APsico) e será desenvolvido por profissionais da área de Psicologia, com especialização no campo da Psicologia Educacional, possibilitando o conhecimento aprimorado nas demandas específicas dos OA, levando em consideração o contexto militar e as particularidades da formação técnica e acadêmica.

Art. 67. O acompanhamento psicopedagógico é realizado por meio de entrevistas e observações e desencadeado pelos seguintes motivos:

I - por livre iniciativa do OA;

II - por indicação do Coordenador do Corpo de OA, do Coordenador do CCEM, do Coordenador Acadêmico do Curso ou do instrutor mediador do grupo, quando há baixo rendimento escolar ou percepção de alguma desordem psicológica (desde que o OA concorde);

III - por ocasião do desligamento;

IV - por observação do profissional da APsico.

Art. 68. O objetivo do acompanhamento psicopedagógico é auxiliar o OA no enfrentamento de questões específicas de natureza psicológica ou psicopedagógica, que possam comprometer seu desempenho e/ou vivência acadêmica. Busca-se, assim, promover um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico, facilitando a superação de desafios e proporcionando o bem-estar e o sucesso dos OA no curso.

Art. 69. Os atendimentos realizados durante o acompanhamento psicopedagógico visam compreender de forma abrangente a situação do OA. Isso inclui sua história acadêmica, habilidades cognitivas, contexto socioemocional e possíveis dificuldades ou desafios que estejam afetando seu desempenho escolar.

Art. 70. A Assessoria Psicopedagógica, sempre que possível, efetuará o acompanhamento dos OA nas atividades didáticas em grupo, intercalando a presença de modo a comparecer em todos os Grupos.

Art. 71. O acompanhamento dos grupos tem por finalidade:

I - assessorar os mediadores de grupos quanto a procedimentos mais adequados;

II - coletar subsídios para manter atualizada a aula teórica de trabalho de grupo, ministrada no início do Curso;

III - validar a divisão dos grupos efetuada com base nos aspectos funcionais; identificar os fatores psicológicos que contribuem para o êxito do trabalho de grupo;

IV - validar os instrumentos usados para observação dos OA nos grupos.

Art. 72. O psicólogo intervirá junto ao discente que obtiver baixo rendimento em qualquer das VA ou algum comprometimento psicológico.

Art. 73. Os seguintes critérios são indicadores da necessidade de intervenção do psicólogo:

I - grau abaixo do ponto de corte em qualquer avaliação;

II - média parcial, após a segunda VA, abaixo de 7,000 (sete vírgula zero, zero, zero);

III - relato de Fato Observado Negativo considerado relevante;

IV - qualquer desordem psicológica.

Art. 74. O Chefe do Corpo de OA deverá ser periodicamente informado acerca dos Oficiais-Alunos que se encontram em processo de acompanhamento psicológico.

Art. 75. Se for identificado que um ONA está enfrentando dificuldades significativas no acompanhamento do curso, além do suporte psicopedagógico, a Escola deverá, imediatamente, elaborar um Relatório de Desempenho.

Parágrafo único. Este relatório será encaminhado ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), e deverá detalhar as dificuldades encontradas pelo aluno estrangeiro, incluindo uma análise sobre a viabilidade de sua continuidade ou não no curso.

CAPÍTULO IX INFRAESTRUTURA

Art. 76. A ECEMAR possui área física capaz de atender integralmente às demandas do CCEM, e suas instalações estão configuradas da seguinte forma:

I - auditório 1 (Auditório Ten. Brig. Deoclécio), 226 assentos;

II - auditório 2, 56 assentos;

III - auditório 3, 60 assentos;

IV - auditório do Comando, 48 assentos;

V - sala de guerra, 45 assentos;

VI - auditório A (prédio anexo), 80 assentos;

VII - 14 miniauditórios 4 a 17 (prédio principal), 14 assentos cada;

VIII - 6 miniauditórios A1 a A6 (prédio anexo), 14 assentos cada;

VIII - 2 copas, 90 pessoas;

IX - 2 vestiários;

X - armários individuais (126 masculinos/ 24 femininos).

Art. 77. Os auditórios e miniauditórios são dotados de computadores e projetores, com a possibilidade de instalação de outros equipamentos.

§ 1º Os auditórios “1” e “A” possuem capacidade de gravação e transmissão das palestras, via aplicativo.

§ 2º Os miniauditórios, por sua vez, possuem configurações de assentos e layout das paredes que podem ser ajustadas de acordo com a demanda da atividade a ser desenvolvida.

Art. 78. A ECEMAR utiliza diversos recursos de simulação em suas atividades acadêmicas, desde ferramentas tecnológicas de interação instantânea até de construção de cenários fictícios para o desenvolvimento de exercícios de campanha.

Art. 79. O Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ) zela pela hospedagem e manutenção dos servidores, enquanto o Instituto de Educação a Distância (IEAD), oferece o devido suporte para as plataformas de ensino EAD.

Art. 80. O Centro de Educação à Distância (CEAD), da Universidade da Força Aérea (UNIFA), subordinado sistemicamente ao IEAD, monitora o funcionamento do AVA e oferece suporte na construção de materiais didáticos e na organização da plataforma de ensino.

CAPÍTULO X AVALIAÇÃO DO CURSO

Art. 81. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da ECEMAR foi designada com o objetivo de cumprir as diretrizes previstas no Manual da Avaliação Institucional de Ensino (AIE).

Art. 82. A AIE foi estruturada para atender ao desempenho de 6 (seis) dimensões:

- I - Organização Institucional;
- II - Corpo Docente;
- III - Corpo Discente;
- IV - Organização Didático-Pedagógica;
- V - Infraestrutura e Apoio;
- VI - Pós-Curso.

Art. 83. A AIE deve propiciar melhorias no desenvolvimento do ensino. É utilizada como meio de reflexão para a tomada de decisões, pois permite uma visão global do ensino ministrado.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 84. O Comandante da ECEMAR poderá convocar o Órgão Colegiado, em qualquer tempo, para assessorá-lo nos casos não previstos neste documento.

Art. 85. Os casos não previstos no presente documento serão submetidos à apreciação do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

ANEXO II
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Organização de Ensino	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR)
Página Institucional na internet/intranet	https://www2.fab.mil.br/ecemar/ http://www.ecemar.intraer/
Cidade	Rio de Janeiro / RJ
Nome do Curso	Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM)
Níveis (conforme Art. 7º da Lei nº 12.464/2011)	Educação Básica () ensino fundamental () ensino médio
	Educação Superior () graduação () pós-graduação () extensão
	Educação Profissional (X) Qualificação profissional () educação profissional técnica e nível médio () educação profissional tecnológica de graduação () educação profissional tecnológica de pós-graduação
Fases	() Preparação () Formação (X) Pós-formação
Classificação	Altos Estudos I
Modalidade de Ensino	(X) Presencial () EAD () Semipresencial
Duração do Tempo de Aula	45 (quarenta e cinco) minutos
Duração do curso	10 meses
Carga horária total do curso	1.238 (mil duzentos e trinta e oito) horas – Formato 1 312 (trezentos e doze) horas – Formatos 2 e 3
Certificação	Certificado de Conclusão do Curso de Comando e Estado-Maior
Base Legal do Curso	a) Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011. Dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica; b) Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA (MCA 36-9); c) Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER (PCA 30-1); d) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da ECEMAR (PCA 37-22).

ANEXO III
MATRIZ CURRICULAR I

ÁREAS: RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ADMINISTRAÇÃO E ESTUDOS DE DEFESA			
CAMPO DE FORMAÇÃO: TÉCNICO- ESPECIALIZADO	MÓDULOS	DISCIPLINAS	CH DE INSTRUÇÃO (em tempos)
	1	Estudo de Política e Estratégia ¹	108
	2	Gestão Institucional ¹	82
		Produção Científica ¹	135
	3	Poder Militar ¹	92
		Poder Aeroespacial ¹	137
		Operações Militares (fase teórica) ¹	160
	4	Operações Militares (Exercícios Internos)	320
		Operações Militares (AZUVER – Fases 1 e 2) ¹	202
		Operações Militares (AZUVER – Fase 3) ¹	80
	5	Gestão da Saúde ²	40
		Gestão da Engenharia ³	40
	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ¹		
	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ^{2 e 3}		
	ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO ¹		
	ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO ^{2 e 3}		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em tempos)			1650
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em horas)			1238
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO ^{2 e 3}(em tempos)			416
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO^{2 e 3}(em horas)			312

¹ Exclusivo para o QOAV, QOINT, QOINF e Oficiais de Forças Singulares.

² Exclusivo para o QOMED.

³ Exclusivo para o QOENG.

MATRIZ CURRICULAR II
(OFICIAIS DAS NAÇÕES AMIGAS – ONA)

ÁREAS: RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ADMINISTRAÇÃO E ESTUDOS DE DEFESA (OFICIAIS DAS NAÇÕES AMIGAS – ONA)		
MÓDULOS	DISCIPLINAS	CH DE INSTRUÇÃO (em tempos)
1	Política e Estratégia	108
2	Gestão Institucional	22
	Produção Científica	135
3	Poder Militar	92
	Poder Aeroespacial	137
	Operações Militares (fase teórica)	105
4	Operações Militares (Exercícios Internos)	320
	Operações Militares (AZUVER – Fases 1 e 2) ¹	194
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		142
ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO		313
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em tempos)		1568
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em horas)		1176

ANEXO IV
CONCEITUAÇÕES

ÁREA DE ESTUDOS	As áreas de estudos foram criadas no organograma da ECEMAR para contemplarem as disciplinas dos cursos e estágios da Escola. As três áreas de estudos (Política e Estratégia, Gestão Institucional e Estudos de Defesa) são subordinadas à Coordenadoria Acadêmica (CACD), por meio do uso de uma estrutura matricial, a qual favorece o desenvolvimento do fluxo de informações, bem como o alinhamento curricular dos conteúdos.
AVALIAÇÃO FORMATIVA	Modalidade de avaliação que ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem e que visa averiguar o grau de domínio pelos instruídos dos conteúdos ministrados, tendo em vista efetuar modificações no processo ensino-aprendizagem e, se necessário, sanar as deficiências existentes. Os resultados obtidos não são utilizados para aprovar ou classificar os instruídos (MCA 10-4).
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO ENSINO (AIE)	É o processo de avaliação de aspectos da formação ofertada pelas Organizações de Ensino (OE) subordinadas à Diretoria de Ensino (DIRENS), bem como dos elementos que a influenciam. Tem por objetivo melhorar a qualidade da formação profissional militar, recorrendo a instrumentos com abordagem qualitativa e quantitativa estabelecidos pela DIRENS (MCA 37-247).
AVALIAÇÃO SOMATIVA	Modalidade de avaliação que ocorre ao final de uma unidade disciplinar, semestre, série, curso ou estágio, e que visa a classificar, aprovar ou dar graus aos instruídos sobre o seu aproveitamento escolar (MCA 10-4, com adaptações).
DISCIPLINA	Fração em que se dividem as áreas de ensino. Constitui um conjunto de informações organizadas de maneira sistemática, que se refere a um determinado campo de conhecimentos ou habilidades (MCA 10-4).
EXERCÍCIO ATHENA	Exercício que dá continuidade ao exercício Urano, onde os então componentes dos Estados-Maiores Conjuntos guarnecem as respectivas Forças Aéreas Componentes, que tem a finalidade de planejar o emprego do Poder Aeroespacial no nível tático de ação simples.
EXERCÍCIO AZUVER	Exercício final de curso, realizado em conjunto com as demais Escolas de Altos Estudos (Escola Superior de Guerra – ESG, Escola de Guerra Naval – EGN e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME), exercitando efetivamente a interoperabilidade. É realizado por meio de dupla ação, onde os Oficiais-Alunos (OA) compõem partidos opostos. Tem ênfase no nível operacional, contudo, contempla também o nível tático e perpassa todas as etapas da doutrina de operações conjuntas iniciando no planejamento, transcorrendo pela elaboração de planos e ordens, culminando na simulação de combate na fase de controle da operação planejada.

EXERCÍCIO URANO	Exercício de planejamento no nível operacional de ação simples, onde os Oficiais-Alunos são divididos em Estados-Maiores Conjuntos e são inseridos num cenário de conflito fictício para a aplicação dos conhecimentos anteriormente adquiridos no planejamento e elaboração de um Plano Operacional.
INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	É a sequência ordenada de disciplinas, hierarquizadas por meio de pré-requisitos, cujo integral cumprimento dará direito ao OA o certificado. A integralização curricular apresenta a listagem dos componentes de cada etapa (módulos) e orienta a sequência do início à conclusão das atividades do curso (ICA 37-836, com adaptações).
ÓRGÃO COLEGIADO	Instância de representação de determinado grupo, responsável por tomada de decisões compartilhadas e assessoramento ao Comandante da ECEMAR. Composto pelo Chefe da CACD, Chefe da CJG, Chefe da CAPE e Chefa da COA, podendo ser assessorados pelos Chefes das diversas subcoordenadorias e assessorias.
PONTO DE CORTE	Resultado mínimo que o discente deve alcançar em uma ou várias verificações de aprendizagem, para ser considerado aprovado (MCA 10-4).
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)	O PPC é o instrumento de concepção de ensino-aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: concepção, estrutura do curso (currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura), procedimentos de avaliação (dos processos de ensino-aprendizagem e do curso), instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, Trabalho de Conclusão de Curso, etc.), entre outros. O documento orienta o que se preconiza para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela Instituição (ICA 37-17, com adaptações).
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC)	Referem-se a qualquer equipamento eletrônico que se conecte à internet, ampliando as possibilidades de comunicabilidade de seus usuários (VALENTE, 2013).
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM (VA)	Instrumento de medida da aprendizagem do discente, aplicado, individualmente ou em grupo, com finalidade somativa (MCA 10-4).
VERIFICAÇÃO IMEDIATA (VI)	Instrumento de medida da aprendizagem, de modalidade exclusivamente formativa, aplicado no decorrer de todo ano letivo, com a finalidade de aperfeiçoar o ensino, orientar os discentes quanto às suas dificuldades e potencialidades, regulando e redirecionando seus percursos. Englobam, basicamente, Trabalho de Grupo (TG), exercícios práticos, tais como, exercícios de campanha, questionários e trabalhos acadêmicos de forma geral.

ANEXO V
SIGLAS E ABREVIATURAS

AAI	Assessoria de Avaliação Institucional
ADA	Avaliação do Domínio Afetivo
ADC	Avaliação do Domínio Cognitivo
AFA	Academia da Força Aérea
AIE	Avaliação Institucional do Ensino
APsico	Assessoria Psicopedagógica
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CACD	Coordenadoria Acadêmica
CCEM	Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
CAP	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica
CGAEM	Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior
CJG	Coordenadoria de Jogos de Guerra
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGEP	Comando-Geral do Pessoal
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPEA	Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais
DIRENS	Diretoria de Ensino
EAD	Educação à Distância
EAOAR	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica
EB	Exército Brasileiro
EC	Elemento de Competência
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EFD Op	Estado Final Desejado Operacional
EGN	Escola de Guerra Naval
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
MA	Média de Aprovação
MAA	Metodologias Ativas de Aprendizagem
MB	Marinha do Brasil
MBA	Master Business Administration
MDCC	Manual de Desenho Curricular por Competências
MFC	Média Final de Curso
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NOREG	Normas Reguladoras
OA	Oficial-Aluno
OE	Organização de Ensino
ONA	Oficiais-Alunos de Nações Amigas
PDEE	Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino
PEMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PMEA	Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica
PPAER	Plano de Pessoal da Aeronáutica
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPOA	Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica

QOAV	Quadro de Oficiais Aviadores
QOENG	Quadro de Oficiais Engenheiros
QOINF	Quadro de Oficiais de Infantaria
QOINT	Quadro de Oficiais Intendentes
QOMED	Quadro de Oficiais Médicos
SAI	Sala de Aula Invertida
SCCC	Subcoordenadoria de Coordenação de Cursos
SCAV	Subcoordenadoria de Avaliação
SCPC	Subcoordenadoria de Planejamento e Coordenação Pedagógica
SECPROM	Secretaria de Avaliações e Promoções
SPGIA	Sistema de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TG	Trabalho de Grupo
UC	Unidades de Competências
UNIFA	Universidade da Força Aérea
VA	Verificação da Aprendizagem
VI	Verificação Imediata

ANEXO VI EMENTÁRIO

DISCIPLINA: ESTUDOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA (EPE) CH TOTAL: 108 TEMPOS
EMENTA
1) Fundamentação Teórica; 2) Direito e Acordos Nacionais e Internacionais; e 3) Fundamentos da Estratégia.
ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA
a) analisar tendências globais nas relações entre os atores do sistema internacional; b) analisar a política exterior brasileira, com base nas teorias de relações internacionais; c) analisar cenários e conjunturas políticas regionais à luz do processo de Globalização; e d) aplicar as leis dos direitos humanos e do direito internacional dos conflitos armados no emprego do Poder Aeroespacial.
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO
<p>ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Clássicos IPRI/UNB, 2002.</p> <p>ART, Robert; WALTZ, Kenneth. <i>The use of force: military power and international politics</i>. Nova Iorque: Rowman&Littlefield Publishers, 2004.</p> <p>CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p> <p>COSTA, Wanderley Messias. Geografia política e geopolítica. São Paulo: Hucitec, 1992.</p> <p>COUTO e SILVA, Golbery. Geopolítica e poder. Rio de Janeiro: Universidade, 2003.</p> <p>FALCÃO VIEIRA; FALCÃO VIEIRA, M.M. Geoestratégia global: economia, poder e gestão dos territórios. 2007.</p> <p>FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. Contexto Internacional, v. 35, n. 1, 2013, pp. 77-104.</p> <p>GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.</p> <p>MAQUIAVEL, Nicolau. Da arte da guerra: teoria geral de estratégia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>MEARSHEIMER, John J. The tragedy of great power politics. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2001.</p> <p>MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. Contexto Internacional, v. 35, n. 1, 2013.</p> <p>NYE, Joseph. O paradoxo do poder americano. São Paulo: UNESP, 2003.</p> <p>PERES, Hugo Freitas. O debate entre Neorrealismo e Neoliberalismo. Inter saberes, a. 4, n. 7, 2009, pp. 69-88.</p> <p>PUTNAM, Robert. Diplomacia e Política Doméstica: A lógica dos Jogos de Dois Níveis. Revista de Sociologia Política, v. 18, n. 36, 2010.</p> <p>SALOMÓN, Mónica. PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Revista Brasileira de Política Internacional, n. 56, v. 1, 2013.</p> <p>SANTOS, Andressa de Melo. O Realismo na Teoria das Relações Internacionais. Caderno de Relações Internacionais, v. 3, n. 5, 2012.</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.</p> <p>SANTOS, Theotonio dos. Imperialismo e corporações multinacionais. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.</p> <p>VESENTINI, José Willian. Novas geopolíticas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>SOLLER, Diana. Waltz: a diversidade das democracias e a semelhança dos Estados. Relações Internacionais, n. 39, 2013, pp. 47-57.</p> <p>TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. Contexto Internacional, v. 25, n. 1, 2003, pp. 47-80.</p>

DISCIPLINA: GESTÃO INSTITUCIONAL (GI) CH TOTAL: 82 TEMPOS	
EMENTA	
1) Gestão Administrativa; e 2) Conjuntura do COMAER.	
ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA	
a) analisar técnicas de gestão, visando ao aprimoramento da administração do COMAER; b) distinguir as políticas e as estratégias aplicáveis aos diversos órgãos que compõem o COMAER; c) distinguir o uso dos recursos (humanos, materiais e financeiros) de modo otimizado; e d) conduzir e participar ativamente de debates sobre assuntos de interesse do COMAER.	
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO	
<p>BRASIL. Lei n. 10.180, de 06 fev. 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10180.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.</p> <p>BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 maio 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.</p> <p>BRASIL. Lei n. 4320, de 17 mar. 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.</p> <p>BRASIL. Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.</p> <p>BRASIL. Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. <i>Regulamento de Administração da Aeronáutica</i>: RADA-e. Brasília, 2024.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Proposta orçamentária para o exercício de 2025: ICA 170-2. Brasília, 2024.</p> <p>BRASIL. Decreto n. 3.591, de 6 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm>. Acesso em: 02 jul. 2024.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. <i>Norma do Sistema de Controles Internos da Aeronáutica</i>: NSCA 179-1. Brasília, 2019.</p> <p>BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Federal de Controle Interno. Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017. Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Manual de controle interno do Poder Executivo Federal. Brasília, DF, 09jun. 2017.</p> <p>BRASIL. Constituição 1988. Seção IX - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.</p>	

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm>. Acesso em: 04 nov. 2020.

Decreto-Lei n. 1.002, de 21 de outubro de 1969. **Código de Processo Penal Militar**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1002.htm>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Doutrina de Operações Conjuntas*: **MD 30-M-01**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Manual de Planejamento e Condução de Operações Aeroespaciais, Volume 1*: **MCA 55-84**. Brasília, 2019.

ALMEIDA, Adiel Teixeira; DUARTE, Marina. **O Conhecimento e o uso de métodos multicritério de apoio a decisão**. 2 ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 1332, de 08 de dezembro de 1994. Aprova a atualização da Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Diretriz de Planejamento Institucional*: **DCA 11-118**. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Plano Estratégico Militar da Aeronáutica. 2024 – 2033(PEMAER)*: **PCA 11-47**. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica*: **DCA 11-1**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Concepção Estratégica – Força aérea 100*: **DCA 11-45**. Brasília, 2018.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. *Sistemática de Planejamento Estratégico Militar*: **MD51-M-01**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Militar de Defesa*: **MD51-P-02**. Brasília, 2005.

BRASIL. Portaria n. 578/SPEAI/MD, de 27 de dezembro de 2006. Estratégia Militar de Defesa (MD51-M-03). Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. Assessoria Especial de Planejamento. *Cenários de Defesa 2020-2039*. Brasília, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 1332, de 08 de dezembro de 1994. Aprova a atualização da Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Agência Espacial Brasileira. Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) 2022-2031. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/PNAE-Portugues.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. *Movimentação de Pessoal Militar da Aeronáutica*: **ICA 30-4**. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)*: **DCA 358-1**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 1*: **DCA 1-1**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 2*: **DCA 1-1**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Política da Aeronáutica para o Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial*: **DCA 14-3**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Militar de Defesa*: **MD51-P-02**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Militar de Defesa*: **MD51-M-03**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Política e*

Estratégia de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica: DCA 360-1. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Ciclo de vida de sistemas e materiais da Aeronáutica: DCA 400-6.* Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008. Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos Doutrinários da ESG.* Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Ministério da Defesa. PCS – Política de Comunicação Social de Defesa. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. *Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica: NSCA 5-1.* Rio de Janeiro, 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comissão de Promoção de Oficiais. *Avaliação de Desempenho de Oficiais da Aeronáutica: ICA 36-4.* Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. *Estrutura e Atribuições dos Elementos Constitutivos do SIPAER: NSCA 3-2.* Brasília, 2023.

DISCIPLINA: PRODUÇÃO CIENTÍFICA (PC) CH TOTAL: 135 TEMPOS	
EMENTA	
1) Orientação Trabalho Científico; e 2) Produção Científica.	
ELEMENTO DE COMPETÊNCIA	
a) produzir pesquisa, análises e debates sobre temas de interesse do COMAER, com o objetivo de desenvolver mentalidade e cultura de defesa junto à sociedade e suas instituições.	
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO	
<p>ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.</p> <p>BOLFARINE, H. e BUSSAB, W.O. (2005). Elementos de Amostragem. São Paulo: Ed. Blucher.</p> <p>BRASIL. Comando da Aeronáutica. Universidade da Força Aérea. Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade da Força Aérea. 4.ed. Rio de Janeiro: UNIFA, 2019.</p> <p>COCHRAN W.G. (1977). Sampling Techniques, third edition. Nova Iorque: John Wiley & Sons.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: 2003.</p> <p>SÄRNDAL C.E., SWENSSON B. e WRETMAN J. (1992). Model Assisted Survey Sampling. Nova Iorque: Springer-Verlag.</p> <p>VERGARA, Sylvia. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>	

DISCIPLINA: PODER MILITAR (PM) CH TOTAL: 92 TEMPOS	
EMENTA	
1) Fundamentos do Poder Militar; e 2) Poder Militar na Atualidade.	
ELEMENTO DE COMPETÊNCIA	
a) conhecer as principais correntes teóricas ligadas a evolução do pensamento estratégico militar e seu emprego no planejamento e condução das operações militares; b) aplicar os fundamentos da estratégia a fim de associar seus conceitos com o estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa para o emprego no planejamento e na condução das operações militares; e c) analisar a teoria da guerra enquanto fenômeno social e político, suas origens, bem como suas consequências para a sociedade.	
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO	
<p>ARMÉE DE TERRE. <i>From Galula to Petraeus: the French legacy in the US Counterinsurgency Doctrine. Cahier de La recherche doctrinale. Centre de Doctrine d'Emplois des Forces (CDEF/DREX), França. Jul 2010.</i> Disponível em: https://smallwarsjournal.com/documents/galulatopetraeus.pdf. Acesso em: 13/02/21.</p> <p>BAYLIS, J.; WIRTZ, J. <i>Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies</i>. Introdução. New York: Oxford University Press, 2002. p.1-14.</p> <p>BEIRÃO, A. P. “Maquiavel, o estrategista pensador e sua contemporaneidade”. Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 24 - 33, jul./dez. 2017.</p> <p>BERMÚDEZ, B. V. “A guerra assimétrica à luz do pensamento estratégico clássico.” Revista de Escola de Guerra Naval, n.7, 2006. p. 63-82. Rio de Janeiro: 2006.</p> <p>BOZEMAN, A. <i>Introduction: War and the Clash of Ideas</i>. In: BLANK, S. et al. Conflict Culture and History: Regional Dimensions. Alabama: Air University Press, 1993.</p> <p>BRAHMS, S. KILGOUR, D. M. <i>Game Theory and National Security</i>. Nova York: Blackwell, 1988, cap. 3, pp. 38-59.</p> <p>BRASIL. MD51-M-04 – Doutrina Militar de Defesa. Ministério da Defesa, Brasília-DF, 2007.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. <i>Doutrina de Operações Conjuntas: MD30-M-01</i>. Brasília, 2020.</p> <p>CARDOSO, A. “Estratégia Militar e Geopolítica aplicada” Caderno de Estudos Estratégicos, n. 12/2013, p. 16-42. Centro de Estudos Estratégicos (CEE/ESG).</p> <p>CHAPMAN, G. <i>An Introduction to the Revolution in Military Affairs. Proceedings of the XV Amaldi Conference on Problems in Global Security</i>. Helsinque, 2003.</p> <p>CHOMSKY, Noam. <i>Just and unjust wars</i>. Michael Walzer. basicbooks, New York, 1977. Australian Outlook, v.32, n.3, p. 357-363. Canberra: Australian Institute of International Affairs, 1978.</p> <p>CLAUSEWITZ, Karl von. <i>Da guerra</i>. 3a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. ISBN 8578272110.</p> <p>COHEN, E. <i>Revolution in Warfare</i>. Foreign Affairs, v. 75, n.2, p. 37-54. Nova Iorque: Council of Foreign Relations, 1996.</p> <p>CORREIA, P. P. <i>Revolução nos Assuntos Militares (RAM)</i>. Revista de História das Ideias, Vol. 30 (2009), p. 551-570. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.</p>	

COUTAU-BÉGARIE, H. **Tratado de estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.

CRAWFORD, T. W. *The Endurance of Extended Deterrence: Continuity, Change and Complexity in Theory and Policy*. In: PAUL, T. V.; MORGAN, P. M.; WIRTZ, J.; JAMES J. **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. Chicago: The University Of Chicago, 2009.

DAROS, R. P. **O Pensamento Estratégico em Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz e Carlos Mateus**. Gavagai-Revista Interdisciplinar de Humanidades, v. 4, n. 2, p. 83-102, 2017.

DILEGGE, D. **From Galula to Petraeus the French legacy in the US**. Centre de Doctrine d' Emploi Des Forces. Disponível em: <http://smallwarsjournal.com/blog/fromtrinquier-and-galula-to-petraeus>.

ECHEVARRIA II, A. J. *Globalization and the Clausewitzian Nature of War*. **The European Legacy**, v. 8, n. 3, p. 317-332, 2003.

ECHEVARRIA, III. A. J. **Clausewitz's Center of Gravity: Changing our Warfighting Doctrine - Again!** - U.S. Army War College, Carlisle, PA, 2002.

EIKMEIER, D. C. *Redefining the Center of Gravity – Joint Forces Quarterly* 59 – 2010.

EVANS, M. **The Continental School of Strategy: the past, present, and future of LandPower**. Study Paper Nº 305, *Land Warfare Studies Centre*, Australia, 2004.

FEREZIN, C. C. W. **Leituras de Clausewitz no Exército brasileiro: interpretações da trindade da guerra**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 22, n. 1, 2013.

FITZPATRICK, M. **Iran and North Korea: The proliferation Nexus**. *Survival*, n. 48, v. 1, 2006, pp. 61-80.

GALULA, D. **Counterinsurgency Warfare: theory and practice**. Westport: PSI, 1964. GRAY, C. S. **Modern strategy**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GRAY, Colin S. **How has war changed since the end of the Cold War?** Artigo apresentado na Conferência “*Changing Nature of Warfare*”. Alexandria (VA): Center for Strategic Studies, 2004.

HOFFMAN, F. G. **Will War's Nature Change in the Seventh Military Revolution?** *Parameters*, v. 47, n. 4, p. 2017-18, 2017.

HUNTINGTON, S.P. **“The clash of civilizations?”** *Foreign Affairs*, v.71, n.3, p. 22-49. Nova Iorque: *Council of Foreign Relations*, 1993. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/20045621>>. Acesso em 02 maio 2018.

JERVIS, R. *Deterrence, Rogue States, and the U.S. Policy*. In: PAUL, T. V. MORGAN, P. M. WIRTZ, J. J. **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. Chicago: The University of Chicago, 2009.

JERVIS, R. **Why Nuclear Superiority Doesn't Matter**. *Political Science Quarterly*, v. 94, n. 4, 1980, pp. 617-633.

JOMINI, A. H. **The Art of War**. Trad: MENDELL, G. H. CRAIGHILL. L. W. Princeton: Bottom of the Hill Publishing, 2011.

KIPP, J., GRAU, L. **The Fog and Friction of Technology**. *Military Review*, Sep-Oct 2001, p. 88-97.

LEMOES, T. T. “Contra Clausewitz”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH. São Paulo, julho 2011.

LIND, W. S. *Compreendendo a Guerra de Quarta Geração*. **Military Review** (Ed. Brasileira), Jan-Fev 2005, p. 12-17.

LOWTHER, A. *Understanding Deterrence*. In: CAIN, A. **Deterrence in the twenty-first century**. London: Kings College, 2010.

LUTTWAK, E. **“Give war a chance.”** *Foreign Affairs*, July/Aug 1999; Vol 78, n. 4, p. 36-44. Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 1999. ISSN: 0015-7120.

LYKKE, Jr. A. F., “*Defining Military Strategy*”. **Military Review**, Vol LXIX, nº 5, Mai 1989, p. 2-8.

LYKKE JR, A. F. *Toward an understanding of military strategy*. **US Army War College Guide to Strategy**, p. 179-185, 2001.

MACGREGOR, D. A. "Future Battle: The Merging Levels of War" **Parameters**, v. 22, n. 4, Winter 1992-93, p. 33-47.

MEARSHEIMER, J. **Conventional Deterrence**. London: Cornell, 1983.

MEISER, J. W. "Ends + Ways + Means = (Bad) Strategy – Are Our Strategic Models Flawed?" **Parameters**, v. 46, n. 4, Winter 2016-17, p. 81-91.

MICHAEL, W. Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations. **Basic Books**, 1977.

MISTRY, D. *Complexity of Deterrence among New Nuclear States: The India-Pakistan Case*. In: PAUL, T. V. MORGAN, Patrick M. WIRTZ, James J. **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. Chicago: The University of Chicago, 2009.

MURRAY, W. **Thinking about Revolutions in Military Affairs**. Joint Forces Quarterly, Summer 1997. p.69-76.

NARANG, V. **Nuclear Strategies of Emerging Powers: North Korea and Iran**. *The Washington Quarterly*, n. 38, v. 1, 2015, pp. 73-91.

PAYNE, K. B. WALTON, C. D. *Deterrence in the Post-Cold War World*. In: BAYLIS, J. WIRTZ, J.; COHEN, El; GRAY, C. S. **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. New York: Oxford, 2002.

PARET, P. **Construtores da estratégia moderna**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001. (Tomos 1 e 2).

PEDROSA, F. V. G. "O capitão Basil Liddell Hart e a reabilitação dos generais alemães". A Defesa Nacional, Ano CV, nº 836, 2º Quadrimestre 2018, p. 43-50. Bibliex, Brasil

PEREZ, Jr. C. **Addressing the Fog of COG - Perspectives on the Center of Gravity in US Military Doctrine** – Combat Studies Institute Press - US Army Combined Arms Center, Fort Leavenworth, Kansas, 2012.

PINHEIRO, A. DE S. O conflito da 4ª geração e a evolução da guerra irregular. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, n. 16, 1 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/258/227>. Acesso em: 23/12/20.

RAMOS, A. F. Clausewitz no panorama estratégico dos séculos XIX, XX e XXI. Ensaio. ECEMAR, Out 2019.

RAPOPORT, D. "The four waves of rebel terror and September 11". *Anthropoetics*, v.8, n.1, Spring/Summer 2002, p. 2-20. ISSN 1083-7264.

SCHNEIDER, J. **The Loose Marble – and the Origin of Operational Art**. *Parameters*, v. 19, n. 1, Mar 1989, p. 85-98.

SCHUURMAN, B. Clausewitz e os estudiosos da "Nova Guerra". **Military Review**, p. 47-56, 2011.

SENG, Goh T. **Airpower: altering the Character and conduct of fwar**. Pathfinder, n. 294. Canberra: Air Power Development Centre, 2017. ISSN 2205-0086.

SIMPSON, Emile. **Clausewitz's theory of fwar and victory in contemporary conflict**. *Parameters*, v.47, n.4, p 7-18. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, 2018.

SMITH, D. J.; JETER, K.; WESTGAARD, D. *Joint Doctrine / Three Approaches to COG Analysis* – **Joint Forces Quarterly** 78, 2015

SMITH, E. A. **Complexity, Networking, & Effects-Based Approaches to Operations** - Center for Advanced Concepts and Technology - Washington, DC, 2006.

STRANGE, J. **Centers of Gravity & Critical Vulnerabilities: Building on the Clausewitzian Foundation So That We Can All Speak the Same Language** - Marine Corps University, Quantico, VA, 2005.

SNYDER, G. H. **Deterrence and Defense: Toward a Theory of National Security**. New Jersey: Princeton, 1961, cap. 2, pp. 52-119.

STEPHENSON, S. **A Revolução em Assuntos Militares: 12 Observações sobre uma Ideia Fora de Moda**. *Military Review*, Jul-Ago, 2010, p. 78-88.

STRANGE, J. **Centers of Gravity & Critical Vulnerabilities: Building on the Clausewitzian Foundation So That We Can All Speak the Same Language**- Marine Corps University, Quantico, VA, 2005.

UNITED STATES OF AMERICA. **USAF Doctrine – ANNEX 3-60: Targeting** - Curtis E. LeMay Center - Maxwell AFB, AL, 2017.

UNITED STATES OF AMERICA. **Doctrine – ANNEX 3-0: Operations and planning** - Curtis E. LeMay Center - Maxwell AFB, AL, 2017.

VIOLATE, A. R. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan: uma Análise Crítica à Luz de Autores Contemporâneos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 21, n. 1, Jan-Jun 2015. p.223-260.

VISACRO, A. T. E. **Lawrence**: Ações Indiretas e o Emprego de Forças Especiais. *Military Review*, 2012.

WALZER, Michael. **Arguing about war**. New Haven: Yale University Press, 2004.

WRIGHT, Q. **A guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1988.

WILSON, W. **The Myth of Nuclear Deterrence**. *Non proliferation Review*, n. 15, v. 3, 2008, pp. 421-439.

WIRTZ, J. **Disarmament, Deterrence, and Denial**. *Strategy*, v. 24, n. 5, 2005, pp. 383-395.

YARGER, H. R. **Strategic theory for the 21st century: the Little book on big strategy**. DIANE Publishing, 2006.

DISCIPLINA: PODER AEROESPACIAL (PA) CH TOTAL: 137 TEMPOS
EMENTA
1) Introdução ao Poder Aéreo; 2) Evolução do Poder Aéreo; 3) Poder Espacial; e 4) Poder Aeroespacial do Futuro.
ELEMENTO DE COMPETÊNCIA
a) analisar os conflitos e guerras que marcaram a sociedade, com a atuação das Forças Armadas, em especial da Força Aérea; b) discutir a evolução das teorias de emprego do Poder Aeroespacial na história da evolução da guerra.; e c) analisar as formas mais eficazes de aplicação do Poder Aeroespacial em um contexto preestabelecido.
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO
<p>A GUERRA da Coreia. Episódio 01. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5thIPCRq1P4. Acesso em: 24 set. 2020.</p> <p>A GUERRA da Coreia. Episódio 02. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2la_7xQ1bT8. Acesso em: 24 set. 2020.</p> <p>A GUERRA da Coreia. Episódio 03. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rjIJ9xLrFXc. Acesso Em: 24 set. 2020.</p> <p>AERO Magazine. Ataque cirúrgico à usina nuclear de Saddam. Disponível em: https://aeromagazine.uol.com.br/artigo/ataque-cirurgico-a-usina-nuclear-de-saddam_854.html. Acesso em: 24 set. 2020.</p> <p>COLIN, G. <i>Airpower for Strategic Effect</i>. Folkestone: Military Bookshop, 2012. (pp. 165-171).</p> <p>DAHLSTROM, Michael P. <i>The role of airpower in the overlord invasion</i>. Disponível em: https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a471896.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020. (pp. 1-25).</p> <p>DEAILE, M. G. <i>The SAC mentality the origins of strategic air command 's organizational culture</i>, 1946-1962. Dissertação (Mestrado). Carolina do Norte, Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, ago. 2007. (pp. 48-69). Disponível em: https://cdr.lib.unc.edu/concern/parent/vt150j581/file_sets/j3860724f. Acesso Em: 23 set. 2020.</p> <p>KIRSCHENBAUM, J. <i>Operation Opera: na Ambiguous Success</i>. Disponível em: https://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1081&context=jss. Acesso Em: 24 set. 2020. (pp. 49-60).</p> <p>MEILINGER, P. Dez proposições referentes ao poder aéreo. <i>Air and Space Power Journal</i> em português. 1. Trimestre, 1996. (pp. 01-20).</p> <p>MEILINGER, P. <i>How Le May transformed strategic air command</i>. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPJ/journals/Volume-28_Issue-2/V-Meilinger.pdf. Acesso em: 23 set. 2020. (pp. 77-85).</p> <p>MEILINGER, P. Dez proposições referentes ao poder aéreo. <i>Air and Space Power Journal</i> em português. 1. Trimestre, 1996. (pp. 01-20).</p> <p>OFEK, R. <i>Operation Opera: intelligence behind-the-scenes</i>. Israel Defense. 09 abr. 2015. Disponível em: https://www.israeldefense.co.il/en/content/operation-opera-intelligence-behind-scenes. Acesso Em: 24 set. 2020.</p>

OLSEN, J. A. ***The Routledge handbook of air power***. Flórida/EUA: Routledge& CRC Press, 2020. (pp. 18-24, 53-56, 139-148).

PARRAMORE, W. W. ***The combined bomber offensive destruction of Germany's refined-fuels industry***. Disponível em: https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPI/journals/Volume-26_Issue-2/Parramore.pdf. Acesso em: 23 set. 2020. (pp. 72-86).

REEVES, M. ***The impact of the first world war on the theories of air power***. Disponível Em: <https://mikereevesmilitaryhistory.files.wordpress.com/2012/04/the-impact-of-the-first-world-war-on-the-theories-of-air-power.pdf>. Acesso Em: 23 set. 2020. (pp. 01-06).

ROSA, C. E. V. **Poder aéreo: guia de estudos**. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/unifa/index.php/publicacoes-do-ppgca>. Acesso Em: 23 set. 2020. (p. 03-10).

SMITH, J. J. ***Tomorrow's Air Force: tracing the past, shaping the future***. Indiana: Indiana University Press, 2013. (pp. 01-07, 161-228).

TONELLI, A. A. G. **O relógio da Guerra**. Trabalho de Conclusão de Curso (CCEM-P). Rio de Janeiro, Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, 2017.(pp. 05-25)

WARDEN, J. A. Estratégia e o Poder Aéreo. ***Air & Space Power Journal***, Air University Press, s.d. (pp. 01-15)

VICTORY through air power: animated history of aviation. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tUeKeN9bXSE>. Acesso em: 23 set. 2020.

DISCIPLINA: OPERAÇÕES MILITARES OM (FASE TEÓRICA)
CH TOTAL: 160 TEMPOS

EMENTA

- 1) Doutrina Militar Aeroespacial;
- 2) Doutrina de Emprego das Forças de Superfície;
- 3) Planejamento Político Estratégico;
- 4) Logística;
- 5) Segurança e Defesa: Proteção da Força;
- 6) Inteligência Operacional;
- 7) Atividades de Estado-Maior; e
- 8) Capacidades Cibernéticas em Operações Militares.

ELEMENTO DE COMPETÊNCIA

- a) analisar os princípios doutrinários e estudar as formas de emprego que fundamentam a aplicação do poder aeroespacial em combate;
- b) relacionar o conceito, níveis e efeitos da tarefa de controle aeroespacial, bem como analisar a mensurabilidade na condução das operações;
- c) identificar processos sinérgicos e possibilidades de interoperabilidade entre as forças, com base no conhecimento das doutrinas de emprego da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro;
- d) compreender a sistemática de planejamento de nível político e estratégico e os aspectos para planejamento conjunto;
- e) identificar os conceitos, fundamentos, as funções logísticas e a estrutura logística e de mobilização da Força Aérea e das Operações Conjuntas;
- f) aplicar os conceitos e aspectos de planejamento da Doutrina de Logística Militar e da Aeronáutica, logística de Operações Conjuntas, Mobilização Nacional, Militar e Aeroespacial;
- g) identificar as atividades de segurança e defesa e os fatores de planejamento para a Proteção da Força;
- h) identificar as características da atividade de Inteligência nos diferentes níveis de Comando, com ênfase no preparo e emprego da Força;
- i) distinguir as atribuições dos setores componentes de Estado-Maior e fatores que interferem para o planejamento e condução das operações militares; e
- j) descrever os conceitos da Doutrina Militar de Defesa Cibernética, a estrutura de uma Força Conjunta de Guerra Cibernética e do Centro de Defesa Cibernética da Aeronáutica.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. *Ações de segurança e defesa no Comando da Aeronáutica: DCA 205-4*. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Manual de Planejamento e Condução de Operações Aeroespaciais (MPCOA) - Volume 1: MCA 55-84*. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Manual de Planejamento e Condução de Operações Aeroespaciais (MPCOA) - Volume 2: MCA 55-84*. Brasília, 2019a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Estrutura e atribuições do sistema de segurança e defesa no Comando da Aeronáutica: NSCA 205-3*. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Estrutura organizacional da infantaria da Aeronáutica*: **DCA19-2**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Concepção Estratégica – Força Aérea 100*: **DCA 11-45**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Manual de Autodefesa de Superfície*: **MCA 125-17**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Conceito de emprego da Infantaria da Aeronáutica*: **DCA 125-5**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Manual de Defesa Antiaérea*: **MCA 355-1**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Doutrina de Operações Conjuntas*: **MD30-M-01**. Brasília, 2020.

GONÇALVES, Alexandre. **Manobra de Crise Internacional Político-Estratégica como Forma Especial de Política Externa: Uma abordagem teórica**. Originalmente apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Rio de Janeiro:ESG, 2015. J

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

MINTZ, A.; DEROUEN JR., K. **Understanding Foreign Policy Decision Making**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

NEUMANN, John von. MORGENSTERN, Oskar. **Theory of Games and Economic Behavior**. Princeton: University Press, 1944.

RAZA, Salvador. As Crises e a Manobra de Crises. *Aerospace Power Journal em português*, 2 trim., 2002.

SNYDER, Glenn Herald. DIESING, Paul. **Conflict Among Nations: Bargaining, Decision Making and System Structure in International Crisis**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

TALEB, Nicholas Nassim. **A Lógica do Cisne Negro**. Rio de Janeiro: Bestseller, 2007.

THIRTEEN DAYS. Direção: Roger Donaldson. Produção: Arnyan Bernstein, Thomas A. Bliss, Kevin Costner. Burbank: New Line Cinema, 2000. 1 DVD (145 min.).

DISCIPLINA: OPERAÇÕES MILITARES OM (EXERCÍCIOS) CH TOTAL: 602 TEMPOS	
EMENTA	
1) Urano; 2) Athena; e 3) AZUVER.	
ELEMENTO DE COMPETÊNCIA	
a) analisar os princípios doutrinários e estudar as formas de emprego que fundamentam a aplicação do poder aeroespacial em combate; b) relacionar o conceito, níveis e efeitos da tarefa de controle aeroespacial, bem como analisar a mensurabilidade na condução das operações; c) identificar processos sinérgicos e possibilidades de interoperabilidade entre as forças, com base no conhecimento das doutrinas de emprego da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro; d) analisar os princípios doutrinários e estudar as formas de emprego que fundamentam a aplicação do poder aeroespacial em combate; e) analisar os princípios doutrinários e estudar as formas de emprego que fundamentam a aplicação do poder aeroespacial em combate; f) analisar os princípios doutrinários e estudar as formas de emprego que fundamentam a aplicação do poder aeroespacial em combate; g) relacionar o conceito, níveis e efeitos da tarefa de controle aeroespacial, bem como analisar a mensurabilidade na condução das operações; h) identificar processos sinérgicos e possibilidades de interoperabilidade entre as forças, com base no conhecimento das doutrinas de emprego da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro; i) compreender a sistemática de planejamento de nível político e estratégico e os aspectos para planejamento conjunto; j) identificar os conceitos, fundamentos, as funções logísticas e a estrutura logística e de mobilização da Força Aérea e das Operações Conjuntas; k) aplicar os conceitos e aspectos de planejamento da Doutrina de Logística Militar e da Aeronáutica, logística de Operações Conjuntas, Mobilização Nacional, Militar e Aeroespacial; l) identificar as atividades de segurança e defesa e os fatores de planejamento para a Proteção da Força; m) identificar as características da atividade de Inteligência nos diferentes níveis de Comando, com ênfase no preparo e emprego da Força; n) distinguir as atribuições dos setores componentes de Estado-Maior e fatores que interferem para o planejamento e condução das operações militares; e o) descrever os conceitos da Doutrina Militar de Defesa Cibernética, a estrutura de uma Força Conjunta de Guerra Cibernética e do Centro de Defesa Cibernética da Aeronáutica.	
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO	
BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina de Operações Conjuntas: MD30-M-01/Volumes 1 e 2 (2ª Edição). Brasília. 2020. BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Manual de Planejamento e Condução de Operações Aeroespaciais (MPCOA) - Volume 1: MCA 55-84. Brasília, 2019.	

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 1: DCA 1-1. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas: MD33-M-02 (3ª Edição). Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas: MD35-G-01. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Apoio de Fogo em Operações Conjuntas: MD 33-M-11. Brasília, 2013.

UNIVERSIDADE da Força Aérea. Escola de Comando e Estado-Maior. Apostila Regras do jogo e fatores de planejamento. Rio de Janeiro, 2018. Apostila.

RESENDE, J. F. Balanced scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RODRIGUES, E. A. et al. Tecnologias e ferramentas de gestão. Campinas: Alínea, 2009.

WYSOCKI, R. K. et al. Effective project management. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2000.

YU, A. S. O. Tomada de decisão nas organizações: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Núcleo Decide da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), 2011.

DISCIPLINA: GESTÃO DA ENGENHARIA (GE) CH TOTAL: 40 TEMPOS	
EMENTA	
1) Gestão de Engenharia (GE).	
ELEMENTO DE COMPETÊNCIA	
a) executar atividades de planejamento, gestão e controle relativas à área da engenharia.	
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO	
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 36- 26. Progressão funcional para os integrantes do quadro de oficiais engenheiros. Brasília, 2012.	

DISCIPLINA: GESTÃO DA SAÚDE (GS) CH TOTAL: 40 TEMPOS	
EMENTA	
1) Gestão da Saúde (GS).	
ELEMENTO DE COMPETÊNCIA	
a) executar atividades de planejamento, gestão e controle relativas à área da saúde.	
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO BÁSICO	
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 36- 11. Instrução Reguladora dos Quadros de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos (IRQOMDF). Brasília, 2018.	

ANEXO VII



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE REVISÃO DE ITEM

Curso: _____

Prova: _____

Código do Oficial-Aluno: _____

Campo a ser preenchido pela SCAV

Pedido de Revisão de ITEM

nº _____/SCAV/_____

A identificação do Oficial-Aluno deverá ser realizada APENAS pelo código, de modo a garantir a impessoalidade do processo.

Orientação:

- a) O Oficial-Aluno terá como prazo de entrega deste formulário preenchido o período definido na programação como vista de prova (ou equivalente).
- b) A argumentação deverá ser clara e concisa. Utilizar letra de forma.
- c) Deverá ser preenchido um formulário para cada item de pedido de revisão de prova.

Sr. Coordenador Acadêmico:

Solicito ao Sr. que seja revisto:

Item número: _____ (gabarito oficial).

Item número: _____ (gabarito da Prova do Oficial-Aluno), pelas seguintes razões:

Data: ____/____/____

ANEXO VIII



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA

NOTIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO MÍNIMO

Informo que o Oficial-Aluno (POSTO/GRADUAÇÃO – NOME COMPLETO) **descumpriu o requisito mínimo para aprovação**, por não satisfazer os parâmetros previstos no Projeto Pedagógico de Curso do CCEM, conforme o(s) item(ns) _____:

“ _____

_____”.

NOME COMPLETO Posto Esp.
Chefe da Coordenadoria Acadêmica

Informo que:

(☐) apresentarei o Requerimento de Reconsideração de Descumprimento de Requisito Mínimo dentro do prazo de 2 dias úteis a contar da data de entrega desta notificação.

(☐) não apresentarei a Reconsideração de Descumprimento de Requisito Mínimo.

Data: ____ / ____ / ____

OFICIAL-ALUNO

ANEXO IX



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

COORDENADORIA ACADÊMICA

REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO

Nº ____ / ____

1. OFICIAL-ALUNO: POSTO/GRADUAÇÃO–NOME COMPLETO (sublinhar nome de guerra)

2. MOTIVO DO DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO MÍNIMO PARA APROVAÇÃO:

Data da notificação: ____ / ____ / ____

Enquadramento da reprovação, conforme notificação:

3. JUSTIFICATIVAS: (descrição completa e detalhada dos motivos que fundamentam a solicitação).

Diante do meu descumprimento ao requisito mínimo de aprovação, solicito reconsideração, conforme motivos a seguir:

4. ENTREGA DO PEDIDO: (entregar em até dois dias úteis).

Entregue em: ____ / ____ / ____

NOME COMPLETO Posto Esp.
Oficial-Aluno

5. DECISÃO DO COMANDANTE:

() Deferido () Indeferido

Data: ____ / ____ / ____

Brig Ar NOME COMPLETO
Comandante da ECEMAR

6. NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO:

Declaro que estou ciente.

Data: ____ / ____ / ____

NOME COMPLETO Posto Esp.
Oficial-Aluno

7. RECIBO NA SECRETARIA DA CACD PARA PUBLICAÇÃO E ARQUIVO:

Data: ____ / ____ / ____

NOME COMPLETO Posto Esp.
Chefe da CACD

ANEXO X

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA COORDENADORIA ACADÊMICA

AVALIAÇÃO DA SALA DE AULA INVERTIDA

NOTA	FÓRMULA
SAI	$\frac{(NPM + NPA)}{2}$
NPM	$\frac{(DDR1 + DDR2 + EO)}{3}$
NPA	$\frac{(DDR1 + DDR2 + EO)}{3}$

Legenda:

SAI – grau da sala de aula invertida

NPM – grau da Disciplina Poder Militar

NPA – grau da Disciplina Poder Aeroespacial

DDR1 – grau do 1º rodízio de discussões dirigidas

DDR2 – grau do 2º rodízio de discussões dirigidas

EO – grau da exposição oral em grupo

ANEXO XI

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA COORDENADORIA ACADÊMICA

CÁLCULO DA MÉDIA FINAL DE CURSO

CURSO	FÓRMULA
CCEM FORMATO 1	$\frac{MFC = (VA1 * 2) + (VA2 * 2) + (VA3 * 2) + (VA4 * 3)}{9}$
CCEM FORMATOS 2 e 3	$MFC = \frac{(VA3 + VA4)}{2}$

Legenda:

MFC = Média Final de Curso

VA 1 = Grau obtido na SAI

VA 2 = Grau obtido na Produção Acadêmica

VA 3 = Grau resultante a partir dos Exercícios Internos (após harmonização horizontal)

VA 4 = Grau obtido na Prova de Operações Militares